

*A colonização “étnica” do Mucuri (1811 -1873)**

IZABEL MISSAGIA DE MATTOS
Universidade de Campinas

Resumo

O artigo procura identificar e analisar a composição étnica dos habitantes do vale do Mucuri no período enfocado, bem como investigar o caráter das relações estabelecidas entre os diferentes atores.

Palavras-chave: Mucuri; Colonização; Etnia.

Abstract

The article tries to identify and analyze the ethnical composition of the inhabitants of the Mucuri valley in the focused period, as well as to research the relations established between the different actors.

Keywords: Mucuri; Colonization; Ethnical.

Desde o principio, a zona era uma de várias crenças e descrenças. O fundador mesmo [da Companhia do Mucuri], de família católica, tinha suas opiniões. A catequese, da qual os relatórios abundam, é a catequese leiga, de princípios puramente humanos, filosóficos, filantrópicos.

[...]

Devem considerar-se todos os indígenas do Mucuri pertencendo à raça dos Botocudo, talvez alguma cousa modificada pela assimilação dos restos de outras tribos, e por algum contato com a população cristã. Todavia podem eles dividir-se em duas espécies mais discriminadas: a dos Naknenuks e a dos Gyporocas, palavra esta que corresponde à idéia do bravo, no sentido de mau (Gomes, 1862, p. 27).

CHINS EXÓTICOS, HOLANDESES MISERÁVEIS, soldados escuros, companheiros pretos e índios “ferozes”: a Colônia Militar do Urucu no “centro da mata”.

O holandês Frei Olavo Timmers (1969), por ocasião do centenário do político mineiro Teófilo Benedito Otoni, organizou uma compilação das “notícias sobre o Mucuri e o nordeste mineiro”, colhidas através de anos de detida pesquisa documental, na qual dedicou um “in memoriam” aos

...proletários, gente plebéia, indigentes, ex-marinheiros, ex-soldados, sapateiros, comediantes, mulheres também, de vida livre, recrutados nos lupanares e tavernas de Antuérpia, miseráveis que dali nos foram mandados pelos agentes da ACC [*Associação Central de Colonização para o Brasil, sediada em Paris, sob a Direção Geral de H. Beaucourt, responsável pelo recrutamento de emigrantes para o Brasil, debaixo da proteção do Governo Imperial Brasileiro*] (Timmers, 1969).

Por exprimir e condensar a polifonia que iria marcar a relação de “confusão” experimentada por atores diversos que povoaram e “desbravaram” aqueles sertões de matas, acompanhemos as relações interétnicas tais como observadas pelo olhar do pesquisador franciscano.

Com sua própria experiência de estrangeiro naquelas paragens, Frei Olavo devia conhecer os sentimentos étnicos dos imigrantes adventícios da Colônia Militar do Urucu, principalmente no que diz respeito à desconfiança que pareciam nutrir em relação às pessoas de cor escura, além do caráter exótico das línguas e dos costumes nativos. Também os alemães Barão Johan Jakob von Tschudi e o médico Robert Avé-Lallemant, que visitaram as Colônias de

Imigrantes da Companhia do Mucuri, na década de 1860, registrariam sentimentos semelhantes quanto ao “povo escuro da selva”. O Barão, por exemplo, em sua viagem pela região, foi guiado por “um rapaz meio negro meio índio” cuja “fisionomia [...] não despertava muita confiança. Não [havia] porém nenhuma outra escolha” (Tschudi, 1966).

A trajetória daquela gente estrangeira na Colônia do Urucu parece ter comovido o frade holandês:

Podemos imaginar um pouco a decepção e o desânimo daqueles 164 viajantes, acabados pela viagem de semanas e semanas numa barca a vela, pelos sofrimentos no trajeto do Rio [de Janeiro] até S. Clara, de mal em pior, na travessia da mata, a pé ou numa carroça de boi, quando chegaram na praça da Colônia [do Urucu], recebidos no quartel sem luxo, sem conforto. Sabendo-se agora completamente enganados, iludidos, sem amparo no meio da mata virgem, *rodeados de soldados escuros com suas constantes precauções contra os ataques de índios ferozes*. Nada, ninguém podia inspirar-lhes alguma confiança: *cocheiros e companheiros pretos, chins exóticos, todos com uma linguagem que ninguém deles entendeu*. Deviam sentir-se desterrados, perdidos, condenados à morte. E era apenas o prelúdio da tragédia, da qual uns meses depois Lallemand foi testemunha [*uma epidemia de febre tifóide que dizimaria a população imigrante da Colônia*] (Timmers, 1969, p. 178-179).

A Colônia Militar do Urucu recebeu uma primeira leva de imigrantes portugueses, composta por 28 famílias, totalizando 153 pessoas oriundas da Ilha da Madeira, em 1855. A segunda expedição ocorreria em 1858, sendo composta por 162 belgas e holandeses, iludidos por falsas promessas de abundância e prosperidade no empreendimento da Companhia do Mucuri pela direção francesa da Associação Central de Colonização. Estes seriam

marinheiros, sapateiros, comediantes, gente recrutada nas tavernas da Cidade de Anvers (Antuérpia), se é que não saíram muitos das prisões e calabouços, e que vieram com promessas não autorizadas e impossíveis de realizar. Devia-se lhes dar dinheiro, casa, roça plantada, animais domésticos de todas as qualidades e ainda mais cousas” (Timmers, 1969, p. 41).

O Diretor da Companhia do Mucuri, Teófilo Benedito Otoni, iria atribuir a perturbação de uma “marcha progressiva” em direção à colonização honesta e conscienciosa por ele projetada a esse “aluvião de restolho da sociedade européia, arrojado às nossas praias pela mais imoral das especulações” – ocorrido não apenas no Urucu, mas também no Mucuri em geral (Otoni, 2002, p. 150).

Casos de intercasamento naquela Colônia Militar, situada ao “centro da floresta do Mucuri”, foram registrados pelo frade pesquisador, como os ocorridos entre os holandeses que lá permaneceram e os empregados chineses da Companhia do Mucuri, os *coolies*. Outras interessantes curiosidades, como a ocupação a que algumas das famílias iriam dedicar-se, também ficaram registradas em seu relato: uma das famílias sino-holandesas, por exemplo, especializara-se em tinturaria de roupa de luto, tantas eram as mortes ocorridas entre os moradores da Colônia. Situações de “mestiçagem” cultural iriam ocorrer em consequência do convívio entre povos tão diferentes: a tinta utilizada na tinturaria de roupas de luto era curiosamente fabricada de certas plantas da floresta – o que vem revelar uma dose de conhecimento etnobotânico nativo necessariamente presente na composição daquela situação social e culturalmente mestiça.

“A maioria desses Chins” – de acordo com a investigação etnográfica realizada por Frei Olavo sobre a população regional em 1958 – “provavelmente voltou para o Rio, depois de terminar seu contrato, uns talvez até à sua pátria. Mas uma parte ficou na zona do Mucuri e uns converteram-se ao cristianismo e casaram-se por preferência, ou porque não houve escolha, com as filhas dos holandeses da Colônia do Urucu”. Minervina Joseph, que ainda estudou na escola de Colônia, ao ser entrevistada pelo autor, dizia que “os pequenos chins, baixinhos, com trancinhas na cabeça, e as moças gordas, fortes, holandesas, ‘tiraram uma raça de gente bonita’ - e a dona pegou na ponta da orelha!” (Timmers, 1969, p. 115).

Sobre a memória da presença daqueles imigrantes da Colônia Urucu, lembra o autor, porém, que seus vestígios apenas poderiam ser vislumbrados na “gente velha” habitante do local, de

tipo holandês, branco-avermelhado, pálido, ordinário de olhos azuis, cabelos quase-amarelos esticados, não especial de elegante (sic), que nós encontramos numa viagem pela zona do Urucu, [...] porque os filhos, os descendentes daqueles velhos sofredores, endurecidos, zelandeses, ficaram, também, quando os Apojichás fizeram suas correrias [...] Mas muitos outros deixaram casa e terreno e fugiram horrorizados (Timmers, 1969, p. 179).

Para apresentar um pouco dos “horrores” relativos ao embate entre os indígenas que habitavam as matas do Mucuri, vejamos o depoimento do colono de Filadélfia, Baldow, em suas *Memórias*:

A Companhia colocou muitos trabalhadores nas obras da estrada de Santa Clara. Forçou-os a um ritmo intenso. Ainda assim o trânsito permaneceu impedido por

muito tempo. Quando afinal havia trânsito para carros de boi, ficou assente que também aquela região seria colonizada.

Nessa época as matas ainda estavam *infestadas de índios, sempre hostis, pertencentes à tribo dos Botocudo*. Em certa ocasião um bando deles assaltou uma família de portugueses, residente às margens do rio Barreado. *Exigiram que se lhes desse um machado. Uma vez de posse dele, usaram-no para esfacelar a cabeça do jovem que o entregara e em seguida trucidaram o restante da família. Só uma mocinha de 16 anos, mesmo atingida por uma flecha, conseguiu fugir, aproveitando a confusão do momento*” (Timmers, 1969, p. 31v).

Posta a situação mestiça tal como observada pelo pesquisador Frei Olavo Timmers, situemos o processo de colonização do Mucuri, enfatizando os “encontros” e “confrontos” entre os atores de origens diversificadas.

Primeiras incursões e fixações

AS COLÔNIAS DO MUCURI FORMARAM-SE em um longo processo, desde o início do século XIX, atingindo seu auge com a consolidação da Companhia do Mucuri (1851-1861). A idéia recorrente durante todo o processo foi a de abrir caminho que ligasse aquele oeste “selvagem” – pleno de riquezas reais e imaginárias – até o oceano Atlântico.

A ambição mineradora e o desejo de “domesticar” terras e índios parecem ter continuamente motivado empreendedores seguros das riquezas contidas naquela região, à época ainda praticamente inexplorada. Lendas sobre a existência de uma “lagoa dourada” ou “encantada” no seio daquela floresta permaneceram, não sem razão, presentes no imaginário que contagiava exploradores de toda parte do mundo, naquele período.¹ Spix & Martius, além de Lindley, Pohl e Saint-Hilaire, descreveram detalhadamente as riquezas minerais escondidas naquelas matas, fazendo coincidir a lenda da “lagoa encantada” com a do ribeirão Americanas,² afluente do Mucuri, onde podiam ser encontrados topázios, águas-marinhas, crisólitas e diamantes.

O Comissário do Governo Imperial, José Cândido Gomes, em sua missão de inspecionar a Companhia do Mucuri e decretar sua falência, em 1861, teceu uma análise do processo de ocupação da “gigantesca” mata do Mucuri, onde “o domínio do arco [...] se tornou tanto mais absoluto, quanto refluíam para ela as hordas de indígenas, que a população cristã do interior, avançando gradualmente para o litoral, vinha empuxando diante de si”. De acordo com o Comissário, teria sido a demanda por pedras preciosas o fator determinante de novas (e pode-se entender, também bem-sucedidas) explorações “de crisólitas,

ouro e diamantes” para que a Colonização do Mucuri tivesse tido início, ainda antes de a Presidência da Província planejar alguma política ocupacional para a região (Gomes, 1862, apud Timmers, 1969, p. 6 v).

Residente em Minas Novas, o capitão Bento Lourenço Vaz de Abreu e Lima teria de lá dado início, por iniciativa própria, à abertura de pelo menos uma picada até o mar, no ano de 1811. Contando com 22 ajudantes fortemente armados – tendo em vista o contexto de guerra ofensiva e a ameaça que então representava o “gentio” Botocudo -, durante 50 dias a expedição seguiu a margem norte de um rio que se acreditava o São Mateus. Por engano, no entanto, eles haviam seguido o curso do Mucuri.

O ministro imperial Conde da Barca - que tinha propriedades nas margens do Mucuri e um projeto de explorar suas madeiras nobres -, uma vez informado do sucedido, teria fornecido ao explorador recursos necessários para a abertura de uma estrada regular da vila de Porto Alegre do Mucuri (situada na foz daquele rio) até Minas Novas. O capitão, assim, mais bem equipado, pôde finalmente abrir a picada, com as pontes necessárias, tendo sido, por isso, condecorado e promovido a coronel. Dentro de poucos anos, em virtude principalmente da pressão dos índios, essa picada voltaria a ser recoberta pela vegetação da floresta, de acordo com as memórias sobre o Mucuri escritas pelo Barão von Tschudi (1966).

O mesmo Bento Lourenço iria receber patente de Coronel de Milícias, quando, conduzindo “um certo número de Índios que vagavam mais anexo ao povoado [de Minas Novas]”, juntamente com o soldado da 6.^a Divisão, Inocência Gonçalves de Abreu, foi recebido à “Presença D’El-Rey D. João 6.^o”, prometendo “grandezas” existentes no Rio Mucuri “e finalmente a conclusão da catequese dos Índios Botocudo ali moradores”. O Coronel, no entanto, nada pôde “concluir das promessas certificadas a El-Rey”, segundo atesta o relatório da inspeção feita nas Divisões Militares, em 1832, pelo sucessor do memorável francês Coronel Guido Marlière e Comandante Interino do Quartel Geral das Divisões, Felipe Joaquim da Cunha e Castro (1913, p. 78).

O Barão Johan Jakob von Tschudi (1966) que, por sua vez, havia realizado, em 1858, uma expedição à zona do Mucuri, descrevendo o que mais o impressionara na natureza exuberante e nas pessoas de origens diversas que ali se encontravam, identificou no papel dos indígenas o fator responsável pela inviabilização da estrada de Bento Lourenço. Segundo ele, a hegemonia dos nativos na história do Mucuri devia-se à presença do notável Capitão Tomé, que, na região do Alto Mucuri e durante décadas a fio dos setecentos, conseguira

reunir em torno de si um conjunto de diversas etnias indígenas, em um tipo de vida quase sedentária, em relação de aliança com um círculo maior de índios “nômades”. Com o desaparecimento da liderança política, a guerra intertribal teria recrudescido, favorecendo a penetração dos brancos naquelas matas. Recuando, assim, do Alto Mucuri em direção ao leste, onde se defrontavam com o mar, os índios teriam limitado seu espaço de deslocamento para o sentido sul-norte, inviabilizando a estrada aberta por Bento Lourenço, no sentido leste-oeste.

Naknenuk e Giporok - “bravos” e “mansos”

UMA OUTRA EXPEDIÇÃO AO ALTO MUCURI, desta vez proposta pelo Presidente da Província de Minas Gerais, seria realizada em 1836, sob a liderança do engenheiro francês Pierre Victor Renault, com a finalidade de identificar um local, na espessa mata, onde instalar um presídio. “Propuseram-me atravessar um terreno freqüentado por selvagens antropófagos”, diria ele 40 anos mais tarde, em uma longa carta ao irmão Léon sobre sua vida e sua família no Brasil, “que tinham recusado com raiva todas as tentativas feitas para penetrar nas suas florestas [...]. Tanto melhor, eu me dizia”, tamanhas eram as dificuldades econômicas nas quais se encontrava, “e eu parti acompanhado de soldados dos quais eu era o chefe” (Renault, 1877, p. 5).

Segundo M. J. Pontes, a comitiva do francês teria partido de Minas Novas a 25 de abril de 1836, em direção à Fazenda Conceição, cujo proprietário, o Quartel Mestre Antônio José Coelho, havia feito “à sua custa, o caminho para Mucuri”, devido às “excursões dos índios que devastaram o seu gado na raia do povoado”. O caminho feito pelo Quartel Mestre era, na realidade, uma reconstituição da trilha traçada, havia 20 anos, pelo Coronel Bento Lourenço, que havia sido abandonada devido ao terror que inspirava “a presença dos Gíporocas”. A 9 de maio de 1836, segundo relatou M. J. Pontes, partiria novamente Mr. Renault, desta vez na companhia do “Capitão Antônio Gomes Leal, de um filho deste e de alguns soldados da 7.^a Divisão, no rumo de S. J. Evangelista”.³

A expedição de Renault contactou um grupo Botocudo, identificado como Naknenuk, com o qual iria conviver ao longo de um mês – fato que permitiu que o engenheiro aprendesse e registrasse um vocabulário da língua botocuda, publicado nas obras do Conde de Castelnau. Os expedicionários concluiriam serem eles os primeiros “civilizados” encontrados pelos índios, devido às suas

exclamações de surpresa diante das vestimentas, das armas, dos víveres, “e sobretudo o sal que os obrigava a raspar a língua e a gritar (muang-krok) água de fogo” (Renault, 1898, p. 6).

Ao irmão, Renault esclarecia andarem os “selvagens” inteiramente nus e se deitarem “na terra nua, todos misturados, homens, mulheres e crianças, *como um rebanho de javalis*”. Mesmo considerando o sistema de vida daqueles povos mais adequado para os porcos do que para os humanos, concluía o autor “que essas pessoas são suscetíveis de bons sentimentos”. As raízes das agressões dos indígenas pareciam, aos seus olhos, assentarem-se no tratamento que lhes era dirigido pelos luso-brasileiros: “trataram-lhes como bestas pintadas e os tornaram inimigos vingativos” (Renault, 1903, p. 8-11). Esta sua opinião encontra-se completamente compatível com a ideologia da “brandura”, que marcou o “indigenismo de gabinete” no Brasil do século XIX, em oposição às “práticas indigenistas” levadas a cabo nos sertões, como apontou Monteiro (2001). No caso da Província de Minas, o dualismo característico do indigenismo do Império pode ser verificado ao longo de todo o processo enfocado. dualismo que, por sua vez, encontraria eco na própria etnoclassificação indígena, permanecendo operativo mesmo entre os falantes do Botocudo, parecendo corresponder às distintas estratégias por eles adotadas em relação ao colonizador, seja de uma aliança “branda”, “civilizada”, seja de uma hostilidade “bárbara” ou “animalesca”, como podemos depreender das observações “etnográficas” abaixo, realizadas pelos expedicionários Renault e de Almeida.

Com efeito, durante todo o período de um mês, a expedição de Renault contara com a companhia dos *Nak-nanuks* “sem que [pudesse] lamentar o menor mau tratamento, a menor arbitrariedade”, quando, subitamente, ao amanhecer, os índios partiram, sem aviso algum, do acampamento. Diante do recuo dos indígenas “aliados” de prosseguirem a marcha expedicionária, compreendera o francês que “estava no território dos ferozes *Teporók* (braços ruins), o mais cruel inimigo deles, pois *os Botocudo são divididos em tribos inimigas umas das outras*” (Renault, 1903, p. 9). De fato, a comitiva posteriormente sofreria muitas baixas, sob o ataque incessante dos *Giporok*.

O tenente de navegação Hermenegildo Barbosa de Almeida (1846), por sua vez, já no ano de 1845 e sob o comando do Presidente da Província da Bahia, realizara uma expedição aos rios Mucuri e Peruípe. Se acompanharmos o relato de Almeida (1846), relativo aos povos do Baixo Mucuri, poderemos fazer uma idéia da composição étnica das povoações da região. Na Vila do Mucuri, “quase

toda a população é de índios;” – dizia ele – “o juiz de paz é um deles”. O expedicionário esclarecia, ainda, a necessidade surgida de se “catequizar” os próprios soldados – em sua maioria, “filhos de capitães e coronéis” predispostos a cometer “hostilidades” com os índios na primeira oportunidade -, sobre “as intenções do governo em aldear os índios por meios brandos, e nunca levando-os a ferro e fogo” (Almeida, 1846, p. 432-434). Além disso, ele corroborava a leitura feita por Renault, a respeito da existência de divergências “irreconciliáveis” entre os próprios Botocudo, apenas de um ponto de vista geograficamente deslocado: os “Giporoks”, situados mais próximos da Vila de São José de Porto Alegre do que os chamados *Botocudo*, estes conhecidos no Mucuri como Naknenuk, teriam mantido relações “pacíficas” com seus moradores, chegando, inclusive, a trabalhar na construção da capela, até os assassinatos cometidos pelos índios na fazenda dos portugueses Violas, em uma expedição de resgate de dois filhos do “Capitão” Jiporok, “criados” pelo fazendeiro.

Há diversas *bandeiras*, algumas de mais de mil arcos com capitães diferentes, mas que *prestam todos obediência ao capitão Giporoco*. Pelo rio acima existe uma tribo de Botocudo, que faz guerra de morte à do Giporoca, que muitas vezes a obriga a passar para a margem do sul; e já em uma ocasião veio gente d’este à vila de Mucuri pedir socorro para expelir os inimigos que o perseguiam; muitos habitantes lhe foram em auxílio, e com suas espingardas atemorizaram de tal maneira os Botocudo pelos seus efeitos, que estes fugiram prontamente [Grifos do autor].

Antes de assassinar a família dos Violas vieram várias vezes de paz à vila, e chegaram mesmo a conduzir barro para a edificação da igreja (Almeida, 1846, p. 446-447).

Há que se ressaltar nessa passagem a utilização do jargão militar para a identificação de características políticas dos indígenas, ou seja, a da própria formação de “bandeiras”, típicas das expedições colonialistas, e a da obediência ao capitão, típica da disciplina hierárquica dos quartéis. Quanto à Vila São José de Porto Alegre, onde não havia, no ano de 1847, segundo Otoni, agricultura e comércio, a não ser o de *kurukas*, ou seja, os filhos dos Botocudo, seria povoada “em sua máxima parte pelos descendentes dos tupiniquins” (Otoni, 2002, p. 49).

Após a entrada da comitiva de Hermenegildo Almeida no Mucuri, ocorreria uma outra tentativa de ocupação registrada já no ano de 1847, no centro mesmo das matas do Rio Preto, com a fundação do quartel de Santa Cruz. Para lá se dirigiram dois capuchinhos acompanhados de uma comitiva, que penetrou, sem grandes dificuldades, no interior das imensas selvas, onde se apresentariam

grupos Botocudo sobreviventes de massacres comandados por “Línguas” mestiços, desertores dos quartéis, que “matavam aldeias” seja a poder de armas, como o bacamarte, seja pela inoculação de doenças, como o sarampo, seja ainda pela administração de veneno. Chegou-se a formar em Santa Cruz um numeroso aldeamento indígena (Otoni, 2002, p. 56).

No mesmo ano de 1847, “uma turma de 28 pessoas de Minas Novas, 25 léguas de lá, embarcaram-se no Rio Preto de cima em seis grandes canoas, para, em companhia do comandante dos pedestres de S. Miguel, Tenente Joaquim Martins Fagundes, encontrar-se com Teófilo Otoni, que de S. José subiu o Mucuri” (Otoni, 1847, p. 37).

Considerando tudo isso, observou Timmers (1969, p. 8),

julgamos que uma vez que Bento Lourenço furou aquela selva horrível, outros audaciosos seguiram. E que – antes da Companhia do Mucuri abrir as matas do Mucuri – tinha um tráfego regular, seja primitivo e perigoso, na margem do norte do Mucuri. De Minas Novas pelo Gravatá, as cabeceiras do Piauí, Rio Preto abaixo até a barra, ou de Minas Novas, Tocoíós, Piauí acima e Rio Preto abaixo até a barra, continuando pela picada de Bento Lourenço na margem esquerda do Mucuri até S. José.

O frade capuchinho Bernardino de Lagonegro, primeiro missionário responsável por implantar na Província um sistema de catequese indígena, tal como preconizado pelo então recente Regulamento das Missões (1845), permaneceria em Santa Cruz para “civilizar” os Botocudo liderados pelo “capitão”, cuja alcunha, Cassimiro, coincidia com a do filho do português Antônio Gomes Leal, conhecido Diretor de Índios da época das Divisões Militares comandadas pelo coronel francês Guido Marlière e um dos principais pioneiros do Mucuri.

A família Gomes Leal quartelara e “domesticara” indígenas falantes do Maxakali, em fuga dos constantes embates com os rivais Botocudo, utilizando sua mão-de-obra na abertura de fazendas na região, região do Alto Mucuri que ficou conhecida como Alto dos Bois, referência importante para todos os viajantes e tropeiros dos oitocentos. Com efeito, aquelas serras divisoras das águas das bacias do Jequitinhonha e do Mucuri, desde o início do século XVIII, ainda que considerando a precariedade dos caminhos, já se articulavam com a capital de Minas, e dali com o Rio de Janeiro e São Paulo, além de comunicar-se, através do Jequitinhonha, com o Recôncavo Baiano e a cidade de Salvador.

Por ter presenciado maltratos e violências dos soldados com os índios e as índias, Frei Bernardino percebera a iminência de uma rebelião indígena,

retirando-se da catequese em 1848. De fato, no ano seguinte, o sargento Coelho e dois soldados seriam mortos pelos índios, enquanto os demais quatro soldados, a conselho dos próprios indígenas, teriam antes desertado. O quartel foi, então, completamente destruído (Timmers, 1969, p. 14).

O Regulamento das Missões de 1845, cuja execução havia sido rigorosamente planejada nos gabinetes dos políticos ilustrados do Império, segundo o mandamento da “brandura”, iria defrontar-se, assim, com seu cruel contraponto, na realidade já presente naqueles sertões: a prática de incivilidades por parte dos próprios “civilizadores” dos índios, os seus piores algozes.

O Projeto “Nova Filadélfia” de Teófilo Benedito Otoni: rebeliões, “línguas”, índios e pioneiros caboclos

ANIMADOS PELOS SUCESSOS DA EXPEDIÇÃO baiana liderada pelo Tenente Hermenegildo Almeida mas sem obter inicialmente os recursos necessários da iniciativa pública, os ilustres irmãos Teófilo Benedito e Honório Esteves Otoni também realizariam, no ano de 1847, investigações no Mucuri, que iriam resultar – ao término de 4 anos de negociações com o governo central no Rio de Janeiro e com o governo provincial em Ouro Preto – na criação, em 1851, de uma sociedade anônima que, mais tarde, se chamaria Companhia do Mucuri. Os privilégios concedidos à Companhia do Mucuri - que almejava promover o desenvolvimento regional através do estabelecimento de rotas comerciais que ligassem o interior da mata ao litoral - referiam-se principalmente às isenções alfandegárias e de impostos concedidas pelos governos central e provincial.

O interesse do político mineiro pelo Mucuri deveu-se sobretudo à sua percepção de que era para essa região que o fluxo migratório já se direcionava. Estimular os pioneiros que já entravam, dando-lhes impulso para seu estabelecimento e não exatamente promovendo uma colonização estrangeira, teria sido seu verdadeiro alvo, segundo a interpretação de Ribeiro (1998, p. 29). A visibilidade de tal empreendimento teria permanecido, no entanto, oculta, perante os interesses políticos que acabaram por inviabilizar sua empresa, sucumbida no enfrentamento cotidiano de inúmeras dificuldades na prática da execução de políticas públicas, sobretudo em relação à administração das famílias imigrantes, naqueles distantes e “insalubres” sertões do Império.

Sobre a composição da colonização européia levada a cabo pela Companhia do Mucuri, temos o esclarecedor relato do Barão de Tschudi:

Encontravam-se durante o tempo de minha permanência em Filadélfia (fevereiro de 1858) em todas as colônias do Mucuri 1.013 colonos. No decorrer do mesmo ano o seu número aumentou através da importação de novos colonos para 1.768 indivíduos. Devido às ocorrências a serem citadas mais tarde [epidemias e evasões] o seu número se reduziu em mais de 2/3. Quando *o comissário do governo imperial José Cândido Gomes tomou a responsabilidade da administração da colônia para o governo imperial no ano de 1861*, encontravam-se em todos os assentamentos da companhia do Mucuri apenas ainda 487 colonos, incluindo as mulheres e as crianças [...].

Segundo as nacionalidades eles eram: alemães, 316 indivíduos; belgas e franceses, 31 indivíduos; portugueses, 88 indivíduos; diferentes nacionalidades, 52 indivíduos [...].

Segundo a religião: protestantes, 270 indivíduos; católicos, 165 indivíduos; crianças não batizadas, 52 indivíduos”.

A trajetória da Companhia do Mucuri foi bastante documentada em fontes diversificadas que vão desde os relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais – por envolverem interesses e gastos públicos com colonização, imigração, navegação – até os próprios relatórios de Teófilo Otoni, que escrevia periodicamente aos acionistas de sua empresa. Os polêmicos projetos do político empreendedor tornavam sua presença constante nos jornais, que publicavam ainda seus debates com os opositores. Os imigrantes da Companhia, por sua vez, também letrados, contribuíram de alguma forma para o registro dos acontecimentos da Companhia do Mucuri.

Segundo o Relatório do Presidente da Província à Assembléia Provincial, relativo ao ano 1862, quando a Companhia do Mucuri havia passado para a administração imperial, o contingente de integrantes das Colônias encontrava-se assim distribuído:

1. Colônia do Mucuri: 316 imigrantes alemães, 88 portugueses, 31 belgas e franceses e 52 de outras nacionalidades, 487 no total.

2. Na outra Colônia, denominada de D. Pedro II, os imigrantes contabilizavam um total de 1.183 indivíduos de diversas nacionalidades.

3. Já a Colônia Militar do Urucu, criada pelo governo provincial para defender a Companhia de agressões dos “selvagens”, contabilizava um total de 288 pessoas, 81 brasileiros, e os demais, estrangeiros, portugueses em sua maioria.

Analisando os detalhados relatórios apresentados por Teófilo Otoni aos acionistas da Companhia do Mucuri, Frei Olavo Timmers (1969) compreendeu como o Diretor da Companhia do Mucuri projetou a abertura de rotas para possibilitar o

fluxo do comércio entre povoações já bem estabelecidas na região – como Peçanha e as freguesias adjacentes – com o vale do Mucuri. Os próprios moradores de Peçanha já haviam iniciado explorações e abertura de caminhos em direção ao rio São Mateus, região onde algumas povoações já se estavam estabelecendo.

Em 1854 já tinham os Drs. Remígio Electo de Souza e João Batista Dias aberto uma picada de 10 para 12 léguas rumo leste-nordeste da cachoeira do rio Suassuí Grande. Calculavam achar-se perto das cabeceiras do Tambacuri, senão já nas nascentes do Todos os Santos e São Mateus, mas no ano seguinte verificaram que tinham errado nos seus cálculos. Em vez de terem-se dirigido do Itambacuri para as águas do S. Mateus, tinham passado para as do Laranjeiras, afluente do Rio Doce. *Nas cabeceiras do Tambacuri um homem de nome Joaquim Fernandes já tinha suas plantações* (Otoni, apud Timmers, 1969).

Esse trecho do relatório de Otoni é particularmente elucidativo da existência do colono *Joaquim Fernandes*, também noticiada por Frei Serafim de Gorizia por ocasião da fundação do Aldeamento Central Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri.⁴ De forma curiosamente “mestiça”, já que se utilizava de instrumento indígena, *este colono iria flechar o língua Félix Ramos*, além de lhe ter matado o irmão na mesma ocasião, de acordo com o relato do Diretor dos Índios da 4.^a Circunscrição, adiante. A figura desse colono, influente entre os índios, noticiada por Teófilo Otoni em 1856 e pelos missionários em 1873, simplesmente desapareceria dos relatórios oficiais, seja dos missionários, seja dos Diretores de Índios. O “língua”, ou intérprete, ao contrário, tornar-se-ia um dos principais protagonistas da fundação do aldeamento indígena do Itambacuri, tendo-se casado com Umbelina Pahóc, filha do líder indígena do povo Naknenuk ali situado, tornando-se pai do professor indígena do aldeamento missionário capuchinho, Domingos Ramos Pacó. Este, por sua vez, iria, em 1918, ao escrever sua *História da catequese e civilização dos índios de Itambacuri*, rememorar uma visita feita por noventa índios, sob o comando de seu avô, Pahóc, e conduzidos pelo seu pai, Félix Ramos, no ano de 1870, aos diretores civis ou “protetores” dos índios residentes em Minas Novas e Trindade, respectivamente José Silvério da Costa e Cassimiro Gomes Leal. No ano seguinte, os mesmos índios teriam marchado “por muitos dias” para Filadélfia, para encontrar o diretor de índios Antônio da Costa Ramos e o Capitão Leonardo E. Otoni, “para reformas de conhecimento, agrados e outros”, ou seja, provavelmente, para a negociação de seus serviços, terras, questões de segurança e proteção, naqueles tempos conturbados para a política indígena/indigenista que foram os anos que

sucederam a liquidação da Companhia do Mucuri, ocorrida em 1861 (Pacó, 1996, p. 198-199). A movimentação de grupos de indígenas rumo aos centros urbanos e até mesmo para a Corte, para fins de negociação política, foi observada como tendência do período, em toda a Província.

O colono Joaquim Fernandes parece ter sido incriminado pelas autoridades provinciais, contrárias à sua presença “insubordinadora” entre os índios, assim como os irmãos Feliciano e Tomás Pêgo, acusados de insuflarem os Aranã, povo Botocudo estabelecido em região próxima ao Alto dos Bois, e dificultar a catequese missionária, como veremos adiante.

Esses casos de relacionamento de famílias de “pioneiros mestiços” e povos indígenas no Mucuri, vastamente documentados na segunda metade dos oitocentos, remetem-nos, por sua vez, para o campo de forças políticas onde iria inscrever-se a missão capuchinha do Itambacuri, 4 anos depois. De fato, o língua Félix Ramos tornar-se-ia um dos principais colaboradores dos missionários que estabeleceram a missão no lugar onde o intérprete “tinha suas plantações de cafezal, árvores de espinhos, monjolo, uma casinha etc., juntamente com seu pai Rufino Ramos da Cruz e seus irmãos que eram em número de 10, que os trasladou para junto de si no fim do ano de 1873”. Os missionários iriam reunir no local diversos subgrupos dos Naknenuk, todos falantes do Botocudo, junto ao que lá se encontrava, liderado por Pahóc (Pacó, 1996, p. 199).

Em seu trabalho de projetar a estrada de Filadélfia até Urucu, no ano de 1854, o engenheiro Roberto Schlobach, da Companhia do Mucuri, utilizar-se-ia do “alinhamento” já feito pelos “bugres”, através de suas picadas. Em um determinado trecho particularmente difícil, o engenheiro justificou o projeto, dizendo que “uma demonstração de ser a melhor passagem aqui porque os bugres não gostam de passar por morros bravos”.⁵ Já a continuação da estrada até Santa Clara, onde a navegação do Mucuri permitia embarcações a vapor até o mar, na vila de São José do Porto Alegre, encontraria o terreno já “dividido, e mesmo demarcado para cada tribo; atravessar a fronteira é um ato de guerra”.⁶ As “tribos” que habitavam aquele “país” a ser atravessado pela estrada aberta pela Companhia do Mucuri foram identificadas por Otoni como “os naknenukes, os pojichás, os jiporoks bravos, e os jiporoks mansos, inimigos irreconciliáveis uns dos outros”.⁷

Alguns dos grupos identificados por Otoni como Naknenuk “isto é, os moradores das cabeceiras do Todos os Santos e os do Mucuri do Sul, [já] pacificados” antes mesmo da instalação da Companhia do Mucuri, em 1847, por Antônio Gomes Leal, o filho, encontrando-se nas cabeceiras do Tambaquari, foram aldeados pelos missionários capuchinhos, que registrariam, logo na fundação do aldeamento,

a situação de guerra entre os povos Aranã e Naknenuk (Otoni, 2002, p. 74). Por causa dessas relações belicosas, os primeiros haviam sido aldeados sob a jurisdição do Aldeamento Central Imaculada Conceição do Rio Doce, ou Poaia, inicialmente dirigido por missionários capuchinhos. Por uma antiga picada de índios, os estabelecimentos distavam entre si “apenas” 14 léguas – os índios deslocavam-se de enormes distâncias em suas expedições de caça.

Um interessante manuscrito, de autoria do coletor Arnaldo Freire, foi localizado por Frei Olavo, em sua pesquisa nos arquivos regionais, realizada no ano de 1962. Elaborado “segundo lembranças de Adolfo Gomes Colen e outros descendentes dos Gomes Leal”, o documento informa que “sob o poder do capitão Poté [Mumbuca] estavam ao sul e oeste do Mucurizinho [um dos dois braços das cabeceiras do Mucuri] os Karakatans; ao norte e leste os Paranãs e Mocotis [?]; no centro os Paranãs e Tamboris”. Seriam esses “índios do Capitão Poté”, segundo Freire, os que teriam sido “mansados”, antes da vinda do Otoni, por Antônio Gomes Leal, o filho, segundo o manuscrito. Seriam também esses os primeiros a serem aldeados, em 1873, por Frei Serafim de Gorízia, em Itambacuri (Timmers, 1969, p. 27v).

Um ofício datado de 28 de abril de 1857, relativo aos trabalhos realizados na abertura da picada de S. Mateus, anexo ao Relatório do Presidente da Província, comunicava a existência de aldeia “civilizada” de Botocudo. Tratava-se dos Aranã, povo que iria desafiar o planejamento de trabalhos relativos à catequese, representando uma ameaça à subordinação, existente sob a “capa” de “civilização”, proposto pelo indigenismo governamental. Os Aranã, mesmo “civilizados”, iriam ser considerados “insubordinados” por manterem uma forma de vida adaptada ao convívio com os “caboclos pioneiros”,⁸ não mediada por agentes autorizados pelo governo provincial, como os dois missionários responsabilizados pela sua catequese.

Encontramos um aldeamento composto de três casas cobertas de cascas, cercadas, parte das mesmas casas barreadas, mas nesse momento desamparadas dos seus habitantes que necessariamente deviam ser índios, atendendo-se aos objetos que achamos em suas habitações, como depois se verificou. Estes índios em numero de 60 famílias viviam antes no aldeamento do Surubi debaixo da proteção dos Srs. Pêgos, hoje residentes em Filadélfia, mas depois das perseguições dos mesmos Pêgos, arteiramente preparadas pelo espírito de vingança de Frei Bernardino de Lago Negro, privados dos seus únicos protetores, vieram aliar-se neste ponto, para o qual trouxeram com o seu espírito de indústria um já sofrível começo de cultura, e uma engenhoca de moer cana grosseiramente preparada, e um roçado para plantação deste ano. Vivem os mesmos índios sob o comando dos capitães Chiquechique e João e são dotados de gênio pacífico.

Apenso ao relatório do Presidente da Província José da Costa Lemos, datado de 28 de maio de 1868, um relatório do Diretor-Geral dos Índios, Manuel Joaquim de Lemos, datado de 27 de abril de 1868, informaria sobre o estado de insubordinação em que se encontrava a aldeia dos Aranã, situada na 4.^a Circunscrição Indígena (região do Alto Mucuri), a qual contava com 2 aldeamentos maiores (estimados entre 300 a 400 indivíduos cada): um, conhecido como Ponté, de Naknenuk, na confluência do Mucuri, e outro, como Pontorá, de Macuni, no Inhoreck, confluência do Urupuca.

Segundo o Diretor, os aldeamentos eram “mansos”, no entanto,

Ultimamente este estado de coisas se tem agravado porque existindo ao sul do Pontorá os Índios Aranãs que dizem estar por esse lado aldeados, o Diretor José Silvério da Costa mandou o língua Manuel Francisco da Fonseca procurá-los e chamá-lo. Vieram eles em número de 20 homens; o diretor fez-lhes presentes e eles prometeram que iam em busca dos outros e que viriam todos à aldeia, mostrando-se deste modo satisfeitos. Por esta ocasião e no intuito de evitar o mau trato do que eram vítimas os Índios, o Diretor fez ver aos moradores do lugar que podiam continuar a utilizar-se do trabalho dos Índios à diária de 320 rs. E incumbiu ao língua Manuel Francisco da Fonseca de organizar as férias do serviço. Esta resolução deu causa a que Camilo Gomes Leal e Domingos Gomes Leal, por intermédio dos línguas Damião Fernandes e Joaquim Fernandes, dirigindo-se à aldeia do Pontorá a insubordinassem completamente, expulsassem dela 8 famílias e se apoderassem de toda a criação e mantimentos que ali tinham, cometendo para isso dois assassinatos. Em consequência de denúncia do Diretor foram processados os autores desse atentado, mas não havendo força pública par cativá-los continua ainda insubordinada a mesma aldeia.

Da cidade de Minas Novas, expediu o Tenente Coronel José Silvério da Costa, Diretor de Índios da 4.^a Circunscrição (do Mucuri e Urupuca) - cujo interesse no emprego da mão-de-obra dos Aranã parece ter sido o fator responsável pela mobilização que logo se apoderou dos índios que ali permaneciam em grande número - uma denúncia ao Diretor-Geral dos Índios da Província a qual segue abaixo transcrita, por permitir uma melhor visualização dos personagens daquele concerto interétnico, dos quais conhecemos o “língua” Joaquim Fernandes, o mesmo que se encontrava nas cabeceiras do Itambacuri “comandando” os Botocudo Naknenuk lá estabelecidos.

O estado de indisciplina e assustador que veio tomando parte dos índios, de que se compõe a minha diretoria, obriga-me a levar ao conhecimento de V. Excia. os fatos que dele fazem origem, para na órbita da luz serem prevenidos *grandes atentados que se esperam a cada momento naquela mata.*

Camilo Gomes Leal e seu irmão Domingos Gomes Leal, unidos a um homem de perversos costumes e perito mestre da língua dos índios, de nome *Joaquim Fernandes, com inteira infração da lei de terras*, introduziram-se na mata e tomaram posição nas imediações do grande aldeamento do Pontarat. Escravizando completamente os índios, deles se tem servido não só para os seus trabalhos rústicos, como ainda para instrumento de seus crimes. Com eles mataram há tempos a Antônio Ramos e flecharam a Félix Ramos, expeliram diversas famílias e as roubaram. Com eles também tentaram matar o Donério de Tal, e o roubaram, por cujos fatos ficaram criminosos e os processos existem nos cartórios desta cidade.

Neste estado levantaram-se contra a lei e acoitavam-se nas matas, unidos aos índios, sendo impossível qualquer diligência para apreendê-los.

Ultimamente aparece no aldeamento dos Aranãs *um impostor que se finge inspirado e de tal sorte tem fascinado os índios, muito propensos ao fanatismo e superstições, que de todos os aldeamentos vizinhos acorrem a obedecer-lhos*. O impostor, unido aos criminosos, põe um susto aos habitantes pacíficos e esperam-se grandes distúrbios, principalmente quando estes criminosos procuram por todos os meios chamar para si e arrancar outros criminosos e turbulentos do município, fazendo disso ostentação para escarnecer as leis.

Retirar da propriedade dos índios tais pessoas importa tanto, como prevenir os crimes, já cometidos por eles, porque evita-se a reprodução de maiores talvez, por isso apresso-me a levar ao conhecimento de V. Excia. estes fatos, sobre os quais providenciará como entender vossa sabedoria.⁹

Aqui podemos imaginar o estabelecimento de uma espécie de “comando paralelo” – eficaz, ao que tudo indica, no “controle” dos indígenas –, baseado no fascínio desses pelo poder do “impostor”, que mantinha ascensão sobre ações “insubordinadas” dos indígenas, dos quais se valiam os criminosos da família Gomes Leal, foragidos entre os Aranã, que infringiam a Lei de Terras, além de incitarem roubos e assassinatos. É interessante observar o “contágio” da insubordinação comandada por tais “impostores” e a ameaça que representava esse estado de “indisciplina” para a execução de políticas públicas relacionadas à Lei de Terras (1850) e ao Regulamento de Catequese (1845).

O fato que imediatamente se expõe à análise da política e da história dos índios aqui proposta é o caráter do afluxo de indivíduos de *todos os aldeamentos vizinhos* terem “acorrido a obedecer” ao impostor e aos infratores da lei. A possibilidade de um levante indígena organizado, de forma eficaz, através de uma rede interétnica de significados, mesclando atores de etnias diferentes, como os Macuni e os Aranã, “fascinados” pelo impostor, além dos “intérpretes”, infratores das disposições legais sobre a posse da terra e o controle da mão-de-obra dos índios, está, portanto, posta em um processo mais amplo, de onde, como denuncia o Diretor Parcial, se podem vislumbrar os “*grandes atentados que se esperam a cada momento naquela mata*”.

A colonização “espontânea” e o trabalho indígena: litígios e controvérsias.

O BARÃO VON TSCHUDI CONCORDARIA com o argumento de Timmers e Ribeiro, de que o objetivo de Otoni seria o de incrementar a colonização que já ocorria de forma espontânea naqueles sertões. Assim como a maioria dos colonos que visitara nas colônias do Mucuri em 1858, Tschudi era alemão, ainda que “súdito austríaco”, e não deixaria de escutar-lhes as queixas, avaliando o projeto de Otoni com olhos de admiração.

Não se deve também deixar sem a devida atenção, [*iria dizer então*] que, segundo o programa da Companhia, a colonização encontra-se apenas em segundo plano, ou seja, um meio para alcançar o objetivo principal que é uma ligação mais próxima entre a capital do Império e a comarca de Minas Novas, com uma população de mais de 200 mil almas.

Sobre o elevado número de habitantes estimado pelo Barão, temos uma estimativa anterior, de outro alemão, Johan Emmanuel Pohl (1951), que pesquisara naquelas paragens em torno de 1817, considerando, então, que

...a população do termo de Minas Novas deve elevar-se a 30.000 almas ou exceder ligeiramente a esse número. São exagerados os dados correntes de uma numerosa população, como se encontram em vários escritos que elevam ao dobro os habitantes deste termo. Ainda que comparativamente com as regiões setentrionais percorridas, seja aqui mais numerosa a raça branca, também os mulatos constituem a população dominante (Pohl, 1951, p. 298).

Tendo em vista a distância de 5 décadas entre as duas estimativas, é bem provável que o Barão não estivesse a exagerar o cálculo populacional daquela Comarca.

Ao se abordarem estimativas populacionais na história do Brasil, no entanto, parece infalível o tangenciamento, mesmo que virtual, de questões relativas aos índios. Moreira (2001), estudando o problema da terra na Província do Espírito Santo, deparou-se com o problema da contabilidade populacional do indígena. Na Província de Minas, esforços oficiais para essa contabilização iriam se fazer presentes no decorrer do processo de valorização da terra, que gradualmente passaria a ocupar a agenda dos administradores, evidenciando o “controle” do indígena como “fator” da valorização. Conhecer os índios e administrar os conflitos de terra transformava-se definitivamente em preocupação governamental, uma vez que essa “valorização” implicava captação de recursos

para os cofres públicos. O investimento no setor de “catequese indígena”, ainda que significasse consideráveis dispêndios por parte do governo, a partir de sua “racionalização” e “moralização”, observada principalmente no final da década de 1860, parece ter rendido, quase imediatamente, retorno para os cofres do governo, principalmente pela venda de terras devolutas e “limpas” de indígenas, que, uma vez classificados e contabilizados, recebiam um espaço bem delimitado, cujas destinações, na maioria das vezes, tiveram fins funestos, como podemos deduzir de alguns casos específicos.

Devido ao litígio em que as terras do “Bananal”, reconhecida como posse dos índios “desde os tempos da colônia”, localizadas nas proximidades do Aldeamento Central do Poaia, e encontrando-se os índios, por esse motivo, “amotinados e dispostos a resistências”,¹⁰ o Diretor-Geral dos Índios, Brigadeiro Antônio Luiz de Magalhães Musqueira, mostrava, em outubro de 1873, como a catequese tornava as próprias terras do aldeamento capuchinho do Poaia (1872-1877), como as adjacentes, alvo de cobiça dos colonos, pelo simples fato da “pacificação” dos indígenas. Insistiria o Diretor na diferença de estatuto existente entre terra indígena e de particulares, citando o Decreto n.º 426 de 24 de Julho de 1845, em um ofício dirigido ao Presidente da Província: “para que não continue a suscitar dúvidas e pretensão deste gênero nas terras pertencentes aos Índios, que são propriedade nacional, atualmente já muito cobiçadas pelo estabelecimento e pacificação dos Índios”,¹¹

Mesmo assim, em 1902, D. Joaquim Silvério de Souza escreveria, no relatório das “visitas pastorais” realizadas entre 1902 e 1907, uma interessante nota acerca do surgimento do povoado de Malacacheta, que toca às suas origens indígenas. A passagem abaixo aborda o destino de uma aldeia indígena conhecida como Pontarat, dos Macuni, na região de Alto dos Bois, revelando mecanismos que redundaram no desaparecimento da terra indígena nos oitocentos:

A padroeira tem *patrimônio doado por um índio, Domingos Felisberto* (era mestiço). O documento que dá fé deste patrimônio está no arquivo eclesiástico de Capelinha. Ainda vive o índio doador. O patrimônio consta d'uns seis alqueires geométricos abrangendo o lugar do comércio até o cemitério, do cemitério em curva direita a cachoeira pelo veio do rio até a estrada do norte, e desta pela antiga estrada (na ponte) a Bocaina, seguindo a linha vertente até o mesmo cemitério. Assim nos informou o Sr. Fortunato Gonçalves Mendes. Esse senhor me disse que a palavra Malacacheta vem de Malacachis, nome da tribo que morava neste lugar. Três aldeamentos havia no espaço de três quilômetros aqui. Malacachi é nome do capitão de índios aqui aldeados. Domingos Felisberto, sendo herdeiro de seus pais, em cujo nome o diretor (Cassimiro Gomes Leal) do aldeamento registrou em 1856 os terrenos, fez deles doação para o

patrimônio de Santa Rita. Estive com este índio mestiço, já de barba branca, mas cabelos bem negros. Facilmente se reconhece nele a origem indiana. Admirando de vê-lo tão conservado quando lhe dão de setenta a oitenta anos, um cidadão me disse: quando índio pinta, conta quatro vezes trinta.¹²

A preocupação com a “civilização” dos índios observada no século XIX parece, de fato, como mostra M. Carneiro da Cunha (1992, p. 4), representar um deslocamento gradual dos interesses presentes nos projetos coloniais em pauta, ou seja, o da simples utilização da mão-de-obra indígena para a efetiva ocupação de suas terras. Nesse sentido, a “desinfestação” das terras – seja de índios, seja das próprias matas – torna-se responsável pela sua valorização: inúteis em si mesmos, índios e recursos naturais significavam, no entanto, “riquezas” virtuais, ou seja, realizáveis a partir do “trabalho” e de sua “conversão” em bens assimiláveis nos termos de uma racionalidade científica que almejava “controlar” socialmente a natureza, suas forças, suas ameaças e perigos.

No caso da colonização das matas do Mucuri e Doce, a “domesticação” do “íncola”, ao mesmo tempo em que liberava o território para as atividades agrícolas economicamente valorizadas e adequadas para a solidificação das elites regionais, parece ter significado, em si mesma, a liberação de uma mão-de-obra absurdamente disponível, uma vez que a economia monetária nada parecia significar para os nativos, afastados dos povoados e, portanto, dos regulamentos pelos quais o projeto de “civilização” deveria pautar-se.

Tendo em vista esse distanciamento local relativo aos ditames de um país “com o desejo de ser [e de ser considerado] ...civilizado” (Monteiro, 2001, p. 131), as tendências dos projetos indigenistas em nível nacional, ao serem observadas a partir de sua implementação em circunstâncias locais, aparecem em conformações diversificadas que demandam abordagens pautadas sob uma ótica “etnográfica”, voltada para a pesquisa dos próprios sistemas nativos de incorporação da colonização.

A Companhia do Mucuri dependeu, para sua instalação, de privilégios concedidos pelo governo provincial, argumentos de força política assentados, sobretudo, no recrudescimento de violências entre colonos e índios – insustentável em um projeto de nação “civilizada” –, na base do convencimento político sobre a urgência do empreendimento de Teófilo Otoni. Entre as “incivilidades” por ele apontadas, a situação mais indignante referia-se ao estado de absoluta servidão ao qual os índios estavam sendo reduzidos, por negligência das autoridades. O político mineiro dirigiu-se, em janeiro de 1853, ao Presidente da Província, elaborando um histórico do problema indígena no Mucuri:

As violências e depredações em que figurou ... o nome dos selvagens, tem sido ou reação contra extraordinárias violências ou as mais das vezes conseqüências das *instigações dos línguas*, que eram quase sempre *soldados desertores*, os quais, metendo-se por entre os selvagens e ganhando facilmente preponderância entre eles, se faziam temíveis aos fazendeiros das imediações das matas, e como os salteadores da Itália ou lhes impunham contribuições de guerra ou lhes devastavam as plantações e criação com o braço *inocente* dos selvagens. A repressão necessária muitas vezes atroz, e quase nunca alcançava os verdadeiros culpáveis, fez passar os selvagens por nova transformação. Estes infelizes, não encontrando na pequena circunferência do território a que ficaram reduzidos a subsistência necessária, *se acharam na indeclinável necessidade de pedir à agricultura os meios para viverem* (Otoni, 2002, p. 70).

A estratégia predatória de ocupação daquelas matas pelos posseiros já havia sido denunciada ao governo no relato da inspeção de F. Cunha de Castro realizada em 1832. Ao final da década de 1840, no entanto, seus efeitos perniciosos já se faziam sentir entre os indígenas: a fome parecia impelir alguns do grupo Botocudo – os Naknenuk e os Aranã – para a situação de servidão ou mesmo de escravidão, denunciada por Otoni. As relações entre Naknenuk e Aranã, por sua vez, seriam sempre de caráter conflituoso, como apontava o Diretor da Companhia do Mucuri no ano de 1859:

Os Naknenuks e os Aranãs que habitam nas vertentes do Arapuca são irreconciliáveis e se não há no presente conflitos sanguinolentos é porque os Aranãs temem-se de vir ofender os Naknenuks no centro dos seus novos aliados cristãos, e os Naknenuks acham mais vantajoso arrancar poaia e plantar batatas para vender com os couros de veado em Filadélfia do que irem fazer guerra para conquistar kurukas que hoje ninguém lhes compra. São inimigos de Pojichá seu vizinho de 3 léguas (Otoni, 2002, p. 23).

Conflitos como os observados entre Aranã e Naknenuk faziam parte da organização social e política dos Botocudo, podendo ser observado em toda a documentação que, para cada grupo Botocudo identificado, existiriam sempre outros, fossem rivais ou aliados, ligáveis por vínculo de parentesco. Quanto aos demais Botocudo, genericamente considerados Giporoks ou “bravos” - posteriormente reconhecidos em suas subdesignações, como os famosos Pojichá, e outras, denominadas segundo os lugares que ocupavam, como os Urucu (do Rio Urucu), os Pam-pam (do Rio Pampam) -, permaneceriam insistentes em sua recusa a “virem à fala”, refugiando-se em lugares mais inóspitos, como os altos de serra das vertentes do São Mateus e as matas indevassadas ao norte do rio Doce. Em sua maior parte, manteriam guerra declarada contra os “portugueses”, como vingança de assassinatos cometidos contra seus parentes próximos. Alguns Giporok,

considerados “mansos” no Jequitinhonha – como foram os Urucu e Joáima -, internaram-se nas matas do Mucuri para sobreviver ao assédio da colonização, onde passariam a adotar a “recusa à fala”, assim como a perseguir os Nakenuk que colaboravam com a colonização (Otoni, 2002, p. 84).

Continua Otoni seu ofício, mostrando que:

Os línguas mais inteligentes, prevalecendo-se da dependência em que o reconhecimento desta necessidade punha os selvagens, começaram a fazer derrubadas e plantações com os braços dos míseros na borda da mata, e vendiam depois estas posses a alguns colonos mais ousados que queriam estabelecer-se lá. Vendida uma primeira posse, *os línguas internavam-se novamente com as suas bandeiras de selvagens*, iam fazer novas derrubadas e plantações para venderem do mesmo modo. Esta transformação deu-se especialmente acerca das tribos que ficaram mais em contato com a povoação de Minas, que se domesticaram com mais facilidade, porque talvez *o terreno que lhes deixou a guerra com as outras tribos é menos abundante de caça, de pesca e de frutas silvestres*.

[...]

O que praticam os fazendeiros, servindo-se dos braços dos selvagens, tem-no igualmente praticado alguns comandantes das divisões de outrora, e depois os caçadores de montanha. No quartel de S. Cruz, mandado estabelecer em 1847 a requerimento meu pelo antecessor de V Ex.^a, o Exmo. Sr. Quintiliano José da Silva, a quem deve muito a Cia. do Mucuri, fizeram-se roças e muitos trabalhos, todos pelos braços dos selvagens, havendo os soldados trabalhado somente nos primeiros tempos do estabelecimento...” (Otoni, 2002, p. 71).

A denúncia recorrente de Otoni do estado de escravização dos indígenas, fundamentada em pesquisas e observações pessoais, tinha, no entanto, um quê de parcialidade. A responsabilidade do governo sobre a condição de vítima dos indígenas, denunciada por Otoni, mesmo que constitua uma demanda ainda atual, parece em descompasso com os registros encontrados na intensa movimentação da correspondência mantida entre os diretores parciais e a Diretoria Geral dos Índios. Esses documentos demonstram que não era necessariamente pacífica a forma como os índios “civilizados” do Mucuri respondiam ao avanço da colonização; ao contrário, eles se dirigiam freqüentemente às autoridades, conscientes de seu estado diferenciado dos escravos negros e dos seus direitos sobre as terras que ocupavam. Para se ter um exemplo, entre os vários localizados na correspondência oficial da Diretoria dos Índios, vejamos como se dirigiria, em agosto de 1854, o Diretor dos Índios da 4.^a Circunscrição do Surubi (região de Alto dos Bois), Jerônimo de Freitas Vasconcelos, ao Diretor-Geral dos Índios da Província:

Constando-me que alguns habitantes do ribeirão denominado S. Félix *tem ido por vezes iludir a V.Excia que são indígenas, e que por este meio querem gozar das graças e privilégios concedidos aos residentes neste aldeamento*, parece-me justo participar a V. Excia. que há mais de 80 anos que os avós de tais índios foram militares no aldeamento dos Maxacalis em Tocoíós e por essa razão estão os tais *ilusores exclusivos dos privilégios que querem gozar*, e porque me é de muito incômodo de vigiar sobre tais índios do Ribeirão de S. Felix, porque me acho com a idade de 69 anos, estou encarregado da civilização e aldeamento destes habitantes, sobre os quais devo velar.¹³

Através desse ofício – que remete para a existência do primeiro aldeamento indígena naquelas matas¹⁴ – torna-se perceptível a movimentação dos índios de então em torno dos “privilégios” em relação à posse de terra, reconhecidos pelo Governo. Apesar dos diretores parciais dos índios freqüentemente lhe negarem os mesmos direitos em situações de litígio, cabia à Diretoria-Geral reconhecê-los, o que parece ter de fato ocorrido na maioria das vezes. Uma vez recebidos em Ouro Preto pela Diretoria Geral, os Índios tinham suas despesas pagas através de uma rubrica a esse fim destinada.

Além dos litígios em relação às disputas por terra, outras situações eram julgadas pela Diretoria-Geral dos Índios. A permanência de não-índios nos aldeamentos, por exemplo, costumava ser uma questão polêmica no direito indígena então. O Diretor de Índios, Brigadeiro Musqueira, responsável pelo projeto de criação, em 1872, dos Aldeamentos Capuchinhos em Minas Gerais, por exemplo, correspondendo-se com o missionário diretor do Aldeamento do Poaia em 1873, autorizava-o a permitir a permanência “de dois brasileiros casados com filhos e as mães indígenas [naquele estabelecimento], gozando a mesma proteção que o governo dá aos índios”, permissão extensiva a quaisquer casos semelhantes, não encontrando proibição na legislação imperial.¹⁵

Algumas vezes passavam pela capital da Província indígenas provenientes do sul da Bahia, a caminho do Rio de Janeiro, onde se dirigiam pessoalmente ao Imperador para registrar suas queixas. Também eram freqüentes as visitas dos Kayapó aldeados na região do Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro.

Ao escrever sobre as origens da freguesia de Água Boa – que englobava todo o Alto Mucuri – D. João Pimenta, em sua “*Memória histórica e descritiva da freguesia de Santa Ana de Água Boa*”, feita no ano de 1887 pelo D. João Antônio Pimenta à requisição do Governo, como apontamento para o Dicionário Geográfico, Histórico e Administrativo do Brasil”, iria esclarecer importantes aspectos da ocupação daquela região de matas pelos “caboclos pioneiros”, bem como as relações de “mestiçagem” ocorridas entre nacionais e indígenas.

Na borda da mata, limitado pelas águas do Capivari e do Fanado, existe o grande planalto denominado Alto dos Bois ou Das Trovoadas. Ali morava o célebre Capitão Pequeninho ou Capitão dos Bois, por ter sido o primeiro que introduziu a criação do gado vacum.

Nas cachoeiras do Fanadinho, no lugar denominado Alto de Dentro, distante 6 ou 8 km do Capitão Pequeninho, morava *Antônio Gomes Leal*, fazendeiro, com alguns escravos e os filhos, Cassimiro Gomes Leal, Camilo, Antônio, Domingos e João, e também o genro de Antônio Rodrigues da Cunha. E como fossem *criados os filhos de Antônio Gomes em promiscuidade com os índios, com eles aprenderam a língua indígena, e pelo muito agrado a eles dispensado, tanto Antônio Gomes como todos os filhos.*

Em 1841 Cassimiro e filhos, guiados pelos índios, fizeram reconhecimento das matas da Trindade e Norek, afluentes do Urupuca. Transpondo as águas do Fanado na sua cabeceira, no lugar denominado Morro dos Pereira, encontraram as águas do Ribeirão Trindade, localizando-se ali Jacinto Pereira que lhe deu o nome. Seguindo o curso d'água, a seis km abaixo localizou-se Antônio Rodrigues da Cunha, cunhado de Cassimiro, denominando-se Fazenda da Grama, hoje povoado de Pontarate; em seguida localizou-se *Camilo Gomes* no córrego denominado Tomazinho, no Ribeirão S. João. Francisco Rodrigues da Cunha, por alcunha secretário atacado do Cassimiro, no S. João da Serra.

No S. João, denominado da Mata, localizou-se Cassimiro, circundado ao norte por seu mano Antônio, e nordeste por Zeferino Rodrigues da Cruz e leste por Paulo Ferreira da Cruz e seu genro, o língu *José Francisco da Fonseca*, a sudoeste. Roberto Francisco Terra e *Joaquim Fernandes Gomes*, prosseguindo o reconhecimento, transpuseram as águas do Noret ate Pontarate, aonde localizou-se Domingos Gomes, fundando ate mais tarde a fazenda da Chapada.

Somando-se todos os eventos envolvendo os povos indígenas “mansos” aldeados na 4.^a Circunscrição – os quais, ainda que representassem ameaça à execução de projetos governamentais, pareciam encontrar-se em relação de aliança com os agentes “nacionais” e mestiços, cujas estratégias diferenciavam-se frontalmente daquela dos povos Botocudo conhecidos como Giporok (“maus”) do “centro da mata”, nas imediações do Urucu e do Alto São Mateus –, não é de se estranhar que, apenas instalados nas cabeceiras do Tambacuri, o Diretor do Aldeamento Central Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri, Frei Serafim de Gorízia, com seu companheiro Frei Ângelo e com os índios “mansos” que lá já se encontravam, iriam defrontar-se com a primeira “rebeldia” indígena, de

uma série que marcou a vida daquele aldeamento: a revolta dos Aranã, que para lá se dirigiram em expedição guerreira, com o fito de recuperar duas de suas mulheres “raptadas” pelos índios do futuro Aldeamento Central.

O impacto de todos os empreendimentos colonizadores no Mucuri e Doce, que necessariamente envolveram a “catequese” como preocupação inerente aos trabalhos realizados para o “progresso” social, pode ser lido através da ótica da valorização das terras da acumulação desigual de riquezas que propiciou, como aponta Martin N. Dreher (1998), sobre os imigrantes alemães da Companhia do Mucuri.

O interessante caso da Colônia Militar do Urucu, projetada para a “proteção” do empreendimento dos Otoni, além das particularidades relativas à “mistura” de sua composição populacional, traz em sua história fatos nos quais a presença dos índios (notadamente os “bravos”, Pojichá e Urucu) nunca pôde passar despercebida, seja em suas relações de escambo com os colonos, seja nos episódios sangrentos envolvendo ambas as partes (com nítida desvantagem para os índios, evidentemente).

O comandante da Colônia, além de “matar aldeias”, trazia as orelhas dos indígenas como troféu (Tschudi, *apud* Dreher, 1998, p. 105). “O colono que vai recebendo terras de índio choca-se com este, defende-se e mata” – justifica o historiador do protestantismo no Mucuri, que demonstra como os imigrantes foram localizados estrategicamente, em todo o território brasileiro, em zonas de conflito, como política eficaz para a valorização das terras em regiões de fronteira. A “desinfestação” dos índios pelos próprios colonos teria feito parte da própria lógica da valorização da terra agrícola (Dreher, 1998, p. 83).

De acordo com a análise de Frei Olavo Timmers (1969), as críticas severamente dirigidas por Otoni aos antigos administradores dos índios trazem, em seu bojo, um modelo próprio, idealizado, de uma catequese leiga, porém baseada em “filantropia pura”, que isenta os índios de qualquer autoria sobre as violências interétnicas por ele observadas. Desse modo, após um estudo acurado dos relatórios do Diretor da Companhia do Mucuri e demais documentos anexos, concluiu o franciscano que

... a catequização feita por Antônio Gomes Leal [o Diretor dos Índios de Alto dos Bois] e outros “cristãos” recebe de Otoni com sua “*filantropia pura*” pouca apreciação. Só a Companhia e seu diretor procederam com verdadeira compaixão e desinteressada humanidade no tratamento dos aborígenes da zona do Mucuri; *tudo o que outros, fazendeiros ou comandantes, fizeram, era bruto egoísmo e desumano abuso dos coitados dos ferozes-por-necessidade*. Até os esfaimados exterminadores da tribo dos Malalis, aqueles

que “quando vencedores os devoravam” seriam menos culpáveis do que os “*espoliadores chamados Cristãos*” com a *chibata, o tronco e a palmatória*. Toda a selvageria dos índios era compreensível e perdoável: a culpa estava no lado dos civilizadores “cristãos” (Timmers, 1969, p. 35v).

O relatório da inspeção realizada pelo Diretor Interino dos Índios, Felipe Joaquim Cunha de Castro, em 1832, além de já haver noticiado os pedidos de auxílio por parte dos colonos diante dos consideráveis estragos feitos pelos Botocudo em suas fazendas, que solicitavam socorro,¹⁶ sugeria medidas práticas para a melhoria dos serviços prestados pelos soldados das Divisões, rendendo-se, no entanto, no que diz respeito propriamente à catequese: “eu desejaria que V. Ex.^a [dizia ele, dirigindo-se ao Presidente da Província de Minas Gerais] *me desse instruções e método próprio para a civilização dos Índios*, esta pobre e infeliz gente, a fim de conseguir a sua civilização e o bem que se deseja” (Castro, 1913, p. 87).

Quanto à regulamentação da catequese, vemos que a situação de desgoverno iria permanecer por muito tempo. Acontecimentos como o abaixo, ocorrido nas imediações do Urucu, descrito por Ferreira (1934) em seu livro *Os bandeirantes modernos* não deixam de causar espanto, pela sua singularidade:

No córrego do Ouro mataram o sitiante Olegário e sua companheira Elvira e o pai desta Chico Tentação. A agressão foi levada a efeito ao amanhecer do dia quando a mulher se levantou para coar o café. Percebendo os bugres, fugiu, sendo morta logo adiante. Olegário se levantou, travando séria luta com os silvícolas no interior da habitação, caindo sem vida à porta da casa. O velho foi assassinado quando corria por uma roçada. Caso de se admirar: a companheira do dono do sítio estava em adiantado estado de gravidez. Quando os bugres o verificaram, *cobriram seu cadáver de flores silvestres, tantas que, jazendo à beira da estrada, custou a ser encontrada, tal a quantidade...* (Ferreira, 1934, p. 49).

O triplo assassinato, ocorrido na década de 1880, seria atribuído aos Pojichá, considerados, então, o “flagelo do Mucuri”. O estranho rito relatado acima revela, em parte, como esses enfrentamentos poderiam ser “exorcizados” do ponto de vista indígena. A gestante e o bebê sem vida parecem aí simbolicamente recompensados pela presença de tantas flores colhidas e depositadas no cadáver, se levarmos em conta as práticas funerárias relatadas por observadores; apesar das versões divergentes apresentadas sobre os ritos funerários nos relatos dos naturalistas e etnógrafos, quase todos apontam para a necessidade de depositar-se, junto ao defunto, objetos que poderiam ser úteis na outra vida.

Tais observações apontam para as noções nativas sobre o corpo e a pessoa entre os Botocudo, que parecem não estar restritas ao seu universo sociocosmológico, compreendendo ainda aqueles outros com os quais as relações (ainda que belicosas) fossem estabelecidas. As relações interétnicas naquela zona de fronteira aparecem, dessa maneira, “borradas” pela lógica simbólica nativa do xamanismo, capaz de auferir inteligibilidade à ação indígena, tanto no caso das flores depositadas sobre o cadáver da gestante, quanto no ocorrido na situação de aldeamento, no Surubi, quando se temia o fascínio dos índios pelo “impostor que se [fingia] inspirado”.

Ambos os casos parecem sugerir que, naquele contexto relacional específico, política indígena e indigenismo mesclaram-se através da extensividade lógica do xamanismo, capaz de tornar “pensáveis” os diversos agentes em interação com o mundo indígena, fossem eles indígenas de grupos diferentes, não-índios incorporados na teia de sociabilidade ou, ainda, missionários a serviço do indigenismo oficial e demais responsáveis pela administração dos aldeamentos.

O ocaso das colônias do Mucuri e os índios ao acaso

A COLÔNIA MILITAR DO URUCU, assim como as demais projetadas pela Companhia do Mucuri, foi desaparecendo aos poucos, perdendo completamente a visibilidade após a inauguração da estação de Urucu da Estrada de Ferro Bahia Minas (EFBM), no dia 30 de junho de 1892, que atravessava o distrito da ex-colônia em toda a sua extensão de seu limite norte, à margem do Mucuri. Indicada para ponto de pernoite dos trens de passageiros, em local situado a umas sete léguas distante da antiga Colônia, a nova povoação, posteriormente elevada à categoria de cidade, com o nome de Carlos Chagas, captaria todo o movimento comercial, apagando os vestígios da ex-colônia militar, que passou a chamar-se Distrito de Epaminondas Ottoni. “Há cem anos [...] aquele lugar era centro da mata do Mucuri, sentinela contra os ataques dos bravos Botocudo”, observava o também holandês Frei Samuel Tetteroo, ofm, em 1922, quando apenas “poucos [sabiam] quantas tragédias humanas ali se desenrolaram” (Tetteroo, 1922, p. 98-99).

Aqui caberiam algumas palavras esclarecedoras sobre o estabelecimento de estradas de ferro na região. Para incentivar a construção de uma malha férrea no país, o Governo Imperial havia baixado, em 1888, decretos concedendo privilégios e garantias de juros de 6% para as quantias despendidas pelos supostos empreendedores. Logo que proclamada a República, o Governo Provisório iria

utilizar-se amplamente dessa lei imperial. No entanto, as concessões serviram para a especulação financeira, na maioria das vezes acabando hipotecadas em Bancos estrangeiros (Pimenta, 1950, p. 3). Isso explica por que tantas concessões publicadas nos relatórios dos Governadores nunca seriam concluídas. Algumas delas, no entanto, chegaram efetivamente a ser estabelecidas, pelo menos durante algumas décadas.

Povos Botocudo continuariam, ainda no século XX, “aparecendo [naquela região]: são uns 20 a 30 bugres Pojichás *insubmissos à catequese, assassinos e ladrões*, os que estão cometendo essas depredações entre as estações de Urucu e Bias Fortes e na Colônia do Urucu”, é a notícia que aparece na imprensa em 1904.

Os bugres ocultam-se à margem dos caminhos ou nas imediações das roças e dessas posições atacam os que passam ou vão para o trabalho. Têm já atacado casas, fugindo amedrontados os seus habitantes, e então as saqueiam completamente, levando víveres, roupas, móveis e tudo mais que encontram.¹⁷

Não foi nosso objetivo discutir os acontecimentos relativos à Companhia do Mucuri, senão para enfatizar como, com a total falência do projeto de Teófilo Benedito Otoni e o silenciamento de sua voz a favor da dignidade humana dos indígenas, certamente advindos do poder hegemônico dos interesses políticos contrários aos seus,¹⁸ veio trazer conseqüências desastrosas para a população indígena. Com a falência da Companhia do Mucuri, de fato, um recrudescimento da violência contra os índios rapidamente passou a ser apresentado na forma de notícias sangrentas e denúncias (algumas das vezes anônimas) de massacres contra os indígenas, constantemente recebidas pela Diretoria dos Índios, em Ouro Preto. Por isso, em caráter de urgência, novos planos para a catequese tiveram de ser estabelecidos. Projetos para a catequese indígena, no entanto, seriam ferrenhamente disputados no cenário político da Província, servindo a liquidação da Companhia do Mucuri para revelar em parte os interesses conflitantes sobre a administração indígena, que deixavam entrever, em seu bojo, perspectivas diferentes para a nacionalidade em formação. O Barão de Tschudi, que era protestante e contrário à catequese missionária que seria adotada pela Província de Minas após a liquidação da Companhia do Mucuri, iria revelar aspectos dessa disputa em relato coetâneo. Criticando severamente o relatório do comissário imperial, que atacava a forma “apaixonada e cega” com que Otoni tratava os Botocudo, atribuía às sugestões “civilizacionais” então propostas um “cheiro de sangue que se destaca apesar do jesuitismo com o qual elas estão disfarçadas”. Assim sucederia no Mucuri que,

... com as primeiras notícias da belicosidade dos Botocudo (1861), o Presidente da Província de Minas enviou aproximadamente 30 soldados como reforço para o posto militar permanente no Mucuri e o mesmo número foi também enviado pelo Governo Imperial diretamente do Rio de Janeiro. Os moradores da aldeia do cacique Tamunhec no ribeirão das Pedras foram atacados e em parte eliminados e foram tomadas ainda outras represálias. Após a explosão do conflito anglo-brasileiro (1862), as tropas foram novamente retiradas e as colônias ficaram sujeitas imediatamente às suas próprias forças. Enquanto o governo repreendia em alto grau todo o ato de autoproteção que as pessoas lá se permitiam fazer contra os índios, não tomava, contudo, nenhuma medida saudável para oferecer um estado seguro à Colônia.

Frei Olavo Timmers (1969, p.462) mostra o processo de sucessão da Diretoria-Geral dos Índios, em 1869, quando foi nomeado interinamente o Brigadeiro Antônio Luiz de Magalhães Musqueira, “ainda na vida do Diretor-Geral dos Índios, Manuel Joaquim de Lemos, sucedendo ao Diretor depois da morte deste. O novo Diretor aparece nos arquivos com ofícios e relatórios extensos e exatos que dão prova do seu zelo para o bem e a civilização dos Índios” – teria sido crucial para o planejamento e a criação dos aldeamentos, como o de Itambacuri, a partir de 1872, como solução possível para a carnificina humana que tomou conta das relações entre colonos e indígenas do Mucuri.

A lógica do indigenismo continuaria, no entanto, a ser pautada pela valorização da terra, ainda que a ideologia da “brandura” no trato com os índios servisse como justificativa para a “desinfestação” dos territórios de mata: “Desinfestadas as matas desta infeliz raça,” – dizia o Diretor-Geral dos Índios em relatório dirigido ao Presidente da Província de Minas em 1883 – “pode ser grande o resultado para o Governo, por serem aqueles terrenos mui férteis e talvez riquíssimos de minerais”. Para isso era apenas necessário que a Assembléia Legislativa Provincial Mineira atendessem aos apelos da Diretoria Geral dos Índios com auxílios necessários para brindar aos “índios bravios que consecutivamente [apareciam] em diversos pontos ao norte do Rio Doce, e não sendo acarinhados, antes atemorizados, pelos canoeiros e moradores ao sul daquele rio, [tornavam-se] cada vez mais ferozes e vingativos.¹⁹

Bibliografia

AVÉ-LALLEMANT, R. *Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, v. 1.

BRANDÃO, J. da S. Documentos diversos: os índios de Lorena dos Tocoyó. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 17, p. 431-435, 1913.

CUNHA, M. C. da. *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

CASTRO, F. J. da C. Expedição ao Rio Doce: relatório de viagem de inspeção à 1.^a, 5.^a, 6.^a e 7.^a divisão do rio Doce, ... *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 17, p. 78-90, 1913.

D'ORBIGNY, A. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 121-126.

DREHER, M. N. Imigração alemã e protestantismo em Minas Gerais, ao longo do século XIX". *Rehna*, Juiz de Fora, v. 4, n. 16, p. 65-75, 1998.

DUARTE, R. H. (Org.). *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

ESCHEWEGE, B. G. L. de. Notícias e reflexões estadísticas da província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 4, p. 737-762, 1899.

ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto brasiliensis*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979.

FERREIRA, G. *Os bandeirantes modernos*. Teófilo Otoni: [s.n.], 1934.

FREIREYSS, G. W. Viagem a varias tribus de selvagens na capitania de Minas Gerais... *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, São Paulo, ano 6, p. 236-252, 1901.

GOMES, J. C. *Relatório da Comissão Liquidadora da Companhia do Mucuri*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862.

GRUZINSKI, S. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

HARTT, C. F. *Geologia e geografia física do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia Ed. Nacional, 1941.

IGLÉSIAS, F. *Três séculos de Minas*. Belo Horizonte: Biblioteca Estadual Luiz de Bessa, 1985.

LIDORO, J. P. 1906. Ofício ao Diretor-Geral dos Índios. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 11, p. ___-___, 1906.

LINDLEY, T. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1969.

MACHADO, J. C. *Senhora da Graça da Capelinha*. Capelinha: Ed. do Autor, 2000.

MARLIÈRE, G., 1907.

MARTIUS, von C. P. F.; SPIX, von J. B. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

MONTEIRO, J. M. *Entre o gabinete e o sertão: projetos civilizatórios, inclusão e exclusão dos Índios no Brasil Imperial*. 2001, Tese (Livre-Docência) – IFCH - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MOREIRA, V. M. L. Índios do Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica. In: (Autor). *Diálogos Latinoamericanos 3*. CLAS: Dinamarca, 2001. p. 87-113.

OTONI, T. B. A colonização do Mucuri: memória justificativa, em que se explica... In: DUARTE, Regina H. (Org). *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002a.

_____. Notícia sobre os selvagens do Mucuri em uma carta dirigida pelo Sr. Teófilo Benedito Otoni ao Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo. In: DUARTE, R. H. (Org.). *Notícia sobre os Selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Ed. UFMG 2002b.

_____. *Condições para a incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri*. Rio de Janeiro: Tipografia de Imp. e Const. De J. Villeneuve e Comp, 1847.

PACÓ, D. R. Hámbriç anhamprán ti mattâ nhĩñchopón? (1918). In: RIBEIRO, E. (Org.). *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem: Cedefes, 1996. p. 198-211.

PALAZZOLO, F. J. de. ofm. *Nas selvas dos vales do Mucuri e do Rio Doce*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1954 .

PIMENTA, A. *Genealogia da família Figueiredo*. Belo Horizonte: [s.n.], 1959.

PIMENTA, D. J.. *A Estrada de Ferro Vitória Minas e o minério de ferro*. São Paulo, 1850. Conferência pronunciada no Instituto de Engenharia de São Paulo em 8 jun. 1850. Manuscrito 195043, p. APM.

POHL, E. *Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951. v. 2.

PÓRTO, R. O. *Notas históricas do município de Teófilo Otoni*. Teófilo Otoni: [s.n.], 1928. v. 1.

RENAULT, P. V. As Minas Gerais aos olhos de Victor Renault... Disponível em: <[http:// www.terra.com.br](http://www.terra.com.br)>.

_____. Exploração dos rios Mucury e Todos os Santos e seus afluentes... *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 8, p 1049-1056, 1903.

RIBEIRO, Á. E. *O cavalheiro das selvas: as aventuras de Teófilo Benedito Otoni, o Mucuri e o Jequitinhonha do século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais..* Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SENNA, N. de. (Org.). *Anuario Historico-Chorographico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: [s.n.], 1909, Ano III.

TETTEROO, S. ofm. *O município de Teófilo Otoni: notas históricas e corográficas*. Belo Horizonte: [s.n.], 1922.

TIMMERS, O. ofm. *O Mucuri e o Nordeste Mineiro no passado e seu desenvolvimento...* Teófilo Otoni: [s.n.] 1969. 535 p. Manuscrito.

TSCHUDI, J. J. *In Reisen durch Südamerika*, Leipzig: F.^a Brockhaus, 1966. 5 v. WEYRAUCH, C. S. *Pioneiros alemães de Nova Filadélfia: relato de mulheres*. Caxias do Sul: Educs, 1997.

WIED NEUWIED, M. de. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1958. (Coleção Brasileira).

Notas

* Este estudo integra uma pesquisa mais ampla, desenvolvida no Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, com o auxílio da Fapesp. Área: Sociedades Indígenas: cosmologia, política, história. Agradeço a leitura e os comentários de John Monteiro e Sérgio da Mata.

1 Aqui acrescento um trecho da carta do Dr. José Pereira Freire de Moura ao Conde de Linhares, datada de 5 de janeiro de 1810, informando sobre a existência de um roteiro para alcançar a “Lagoa Dourada neste Nordeste Mineiro”: “V. Excia. poderá ver do mapa de Jequitinhonha e da descrição da carta feita pelo capitão-mor João da Silva Santos: nesta para examinar a posição da aldeia em que se juntaram os restos das nações Camanachos, Capoches, Pantime e Maquari, fugindo da sua total destruição pelos Botocudo do Rio Doce, e no mapa para ver a minha nota número 5 sobre a Lagoa Dourada de que estou muito persuadido, e com fundamento que o persuadiriam a qualquer homem prudente” (RAPM II – 1897, p. 31-36).

2 O nome Americanas dado ao ribeirão é derivado de uma curiosa tradução ou “corrupção da expressão indígena *am-arec-cã*”. Domício de Figueiredo Murta, que traduziu o livro de Eschwege (1979), *Pluto Brasiliensis*, fornece, no v. 2, p. 287, nota 355, remetendo para Nelson de Sena, o significado literal de cada elemento formador do vocábulo: *âm*, mato ou bosque; *aréc*, baixo; *cã*, afigurar-se, parecer-se. Explica por sua vez Frei Olavo, baseando-se no dicionário de Rudolph (1909, p. 5)

a origem do termo: “AM= Wald , floresta; AREK = klein, flach, pequeno, baixo; KAN = aussehen, aparecer”. Mediante o que o próprio Rudolph havia interpretado: “Aus Missverstaendis wurde aus AM AREK KAN, niedrig aussehender Wald, der Name Rio dos Americanos gebildet. Der niedrige, an seinen Ufern befindliche Wald isto von den Indianern richtig bezeichnet”. (Por engano entendeu-se o nome que os Índios deram ao mato baixo nas margens daquele rio AM AREK KAN, Rio das Americanas – traduziu Frei Olavo).

3 Manuel José Pires da Silva Pontes. “Extratos das viagens feitas no deserto que separa as povoações da província de Minas Gerais e as povoações do litoral nas províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia (1812-1836)”. Coleção Marechal Andrea. Lata 194. Pasta 5. Arquivo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

4 A família Fernandes, de “caboclos pioneiros”, iria estabelecer laços de parentesco com os Gomes Leal, da região de Alto dos Bois. A relação dessas famílias com os índios conformam aspectos particulares da história dos índios da região, em suas estratégias políticas de alianças preferenciais com os colonos. Talvez a família Pêgo tenha sido a que tenha ganhado notoriedade entre os responsáveis pela política de “brandura” do Regulamento das Missões, que os perseguiram e aprisionaram como “sedutores” dos índios.

5 Ofício de Roberto Schlobach a Augusto Otoni, datado de 9/11/1854. SP 76. Doc. 7. Arquivo Público Nacional (APM).

6 Ofício de Teófilo Otoni ao presidente da Província, datado de 3/11/1854. SP 76. Doc. 7. APM.

7 Ofício de Teófilo Otoni ao presidente da Província, datado de 3/11/1854. SP 76. Doc. 7. APM.

8 O termo “caboclos pioneiros”, utilizado na época, encontra-se presente, por exemplo, nos relatórios dos missionários, para identificar a forma de ocupação das matas realizadas por “nacionais pobres” (Palazzolo, 1973, p. XIV).

9 S/d. Secretaria do Governo (SP) 1379. APM.

10 O terreno em litígio havia sido vendido por um antigo Diretor de Índios, Tenente Coronel Jerônimo de Freitas (SG 12, rolo 2, p. 52v-53).

11 SG 12, rolo 2 , p. 53. APM.

12 Segundo Machado (2000), a obra teria sido oferecida a Alfredo Moreira Pinto que a publicou no *Dicionário Geográfico, Histórico e Administrativo do Brasil*, o qual, por sua vez, teria sido transcrito pelo IBGE na elaboração da *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. No registro das visitas pastorais de Dom Joaquim Silvério de Souza a Diamantina, entre 1902 e 1907, Arquivo Metropolitano de Diamantina, também se encontra transcrito o manuscrito de D.João Pimenta. Localizamos parte

do manuscrito publicado no *Annuario Historico-Chorographico de Minas Gerais*, ano III (1909), obra organizada por Nelson de Senna.

13 SC Códice 565. APM. As referências documentais existentes sobre indígenas no ribeirão S. Félix os indicam sempre como Aranã. A existência de um Maxakali “perdido” na região não parece provável na lógica da ocupação dos territórios pelos índios naquele período. Outro indicador de que aqueles índios que pleiteavam terras fossem provavelmente Aranã é o fato de que estes se haviam retirado do aldeamento oficial após episódios de “indisciplinas”, tornando-se malvistas pelas autoridades, que os identificavam aos “criminosos” irmãos Pêgo, dos quais eram aliados. Notar que os índios haviam se dirigido ao Presidente da Província, que também não lhes tivera sido favorável.

14 O aldeamento Lorena dos Tocoios, situado nas matas do Médio Jequitinhonha, foi reconhecido oficialmente e aparelhado pelo Governador da Capitania, anos após ter servido como refúgio para o inconfidente José Pereira Freire de Moura, seus familiares e escravos. Formado em Direito e Engenharia pela Universidade de Coimbra, Moura fora nomeado Capitão-Mor pelo Governador Bernardo José de Lorena, seu amigo dos tempos escolares, no ano de 1797. A partir de então a fazenda agrícola e pastoril por ele fundada, onde já agregara “uma tribo indígena da raça tapuia que errava naquelas paragens”, pôde ser devidamente equipada para a “civilização” dos índios daquela região. A instalação da Colônia de Lorena dos Tocoio modificou toda a paisagem humana e econômica regional, ao incrementar o comércio e a navegação e, com isso, as entradas para os sertões (Pimenta, 1959).

15 SG 12, rolo 2, p. 34v.

16 “Que nos acuda já já sem demora a nos vir defender dos jintios que nos tem distrosado e matado mais de doze ou catorze pessoas e nos botado fora das nossas fazendas estamos todos em termos de morrer assim ou esperando pelo Seu Se Corro” (Carta dos colonos às autoridades governamentais reproduzida por Castro, 1913, p. 79-80).

17 Jornal *O Mucuri*. Teófilo Otoni, 29 de maio de 1904.

18 Segundo Tschudi, o “pecado” de Teófilo Otoni teria sido o de ser simpatizante dos Estados Unidos e da República... e por isso teria sido perseguido, uma vez que o sucesso da Companhia lhe auferiria demasiado poder. O pivô da polêmica, que denunciou os maltratos perpetrados pela Companhia aos colonos, foi o médico alemão que se apresentara falsamente como comissário do governo em sua visita à Companhia do Mucuri. Para Olavo Timmers (1969), é “evidente o exagero com que o autor pinta a miséria dos imigrantes europeus a serviço da empresa colonizadora da família Ottoni, da qual se tornara INIMIGO PESSOAL (Timmers,

1969, p. 169) [grifo do autor]. Além disso, Avè-Lallemant demonstrava interesses explícitos em abrir sua própria Companhia de Colonização no Jequitinhonha. Vejamos o que o médico alemão diria a respeito do Mucuri e dos índios: “O Jequitinhonha tem por certo grande futuro diante de si, tanto na agricultura ao longo de suas extensas margens, como também na sua bela via fluvial, como canal de ligação com o interior da Província de Minas Gerais e sua zona norte, Minas Novas. Ter sido o primeiro que com olhos argutos e competência técnica desceu a indômita torrente, desde os remotos sertões daquela Província, expôs suas particularidades, evidenciou sua importância e é agora o primeiro a fixar-se lá (na fazenda Genebra, rio acima), *a pôr na Natureza desenfreada o freio da cultura, a rechaçar os canibais da floresta e cuidar de todos os elementos da civilização*; ter sido o primeiro, assim, numa região importante, é glória toda especial, perante a qual empalidecem muitas outras, aparentemente maiores. E essa glória cabe indiscutivelmente ao Coronel de Engenheiros Inocêncio Veloso Pederneiras”.

19 SG, rolo 3, p. 128. APM.